

Turismo e Acessibilidade para Cadeirantes no Centro de Novo Hamburgo/RS, Brasil

Mary Sandra Guerra Ashton¹

Resumo

Esse artigo pretende ser um espaço para a reflexão e sensibilização a cerca do turismo inclusivo, com o objetivo de apresentar a análise situacional das condições de acessibilidade para cadeirantes nos principais atrativos turísticos, localizados no centro de Novo Hamburgo, RS. Para tanto, serão utilizados aportes teóricos no intuito de compreender as noções que envolvem o turismo inclusivo no espaço público e sua relação com a acessibilidade, além de apresentar a situação atual do centro de Novo Hamburgo e a percepção dos cadeirantes no uso desse ambiente. Utilizou-se o método de pesquisa exploratório reflexivo com abordagem qualitativa e passeios acompanhados para observações e entrevistas. Observou-se que os ambientes avaliados não atendem às necessidades dos cadeirantes apresentando barreiras e dificultando o livre acesso e, portanto, não são de uso universal. O centro de Novo Hamburgo não é acessível, possui algumas facilidades de acesso, porém existem inúmeras barreiras físicas nos passeios e acessos, além das faixas de segurança apresentarem desníveis, buracos e falta de manutenção. A utilização dos atrativos turísticos públicos no centro da cidade para o turismo inclusivo ainda é inviável e carece de adaptação.

Palavras Chave: Turismo. Acessibilidade. Inclusão. Cadeirantes. Novo Hamburgo.

¹ Doutora em Comunicação Social. Professora Titular na Universidade Feevale/RS. Grupo de Desenvolvimento Regional e Grupo de Gestão da Inovação. E-mail: marysga@feevale.br

1. Introdução

O turismo surge como catalisador de oportunidades para o uso da cidade promovendo a sociabilidade. Os espaços públicos municipais passam a assumir novas características, a partir da sua utilização pela população residente e visitante, gerando a urgência de espaços para todos. A defesa da qualidade de vida e a integração social são aspectos essenciais para uma sociedade democrática que se apoia em políticas de inclusão de forma participativa e em igualdade de oportunidades, portanto, a acessibilidade deve ser vista como equiparação de oportunidades, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre turismo inclusivo e acessibilidade nos espaços públicos municipais do centro de Novo Hamburgo, atendendo a seguinte estrutura: inicialmente, busca explicar a acessibilidade, o turismo de inclusão e o espaço público, para perceber a cidade como um espaço de todos e para todos. Em seguida, traz as informações sobre a situação de acessibilidade no centro de Novo Hamburgo e a percepção dos cadeirantes que realizaram a visita acompanhada.

Esse trabalho integra a pesquisa intitulada “Turismo e Acessibilidade: uma análise dos espaços de lazer no Vale do Rio dos Sinos” que está sendo desenvolvida desde março de 2011, no grupo de pesquisa de Desenvolvimento Regional, na Universidade Feevale, com fomento do CNPQ.

2. Metodologia

Para a realização dessa pesquisa adotou-se o método exploratório reflexivo com abordagem qualitativa. De acordo com Gutiérrez Brito (2007), inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para a compreensão das noções de acessibilidade, turismo inclusivo e espaço público. A seguir, se buscou informações por meio de observação *in loco* e registro fotográfico da situação atual dos principais atrativos turísticos de Novo Hamburgo em relação a acessibilidade para cadeirantes, seguido de passeios acompanhados com o objetivo de investigar se o centro da cidade pode ser classificado como acessível (A) ou não acessível (NA). Conforme os estudos de Dischinger (2000) o passeio acompanhado possibilita apreender a capacidade interativa dos

pedestres cadeirantes com o ambiente turístico urbano para que se consiga qualificar os espaços como acessíveis ou não acessíveis.

Para o passeio acompanhado foi utilizada uma amostra de três pessoas cadeirantes que residem na região do Vale do Rio dos Sinos e utilizam o centro de Novo Hamburgo com frequência, motivados por trabalho e que possuem relativa autonomia para sua mobilidade. A escolha da amostra se deu por conveniência e aceitabilidade. Inicialmente, essas pessoas foram convidadas a participar de reuniões, na condição de grupo focal, contribuindo com informações pessoais focadas no nosso objeto de pesquisa. Em seguida, foi realizado um passeio acompanhado utilizando um trajeto pré-definido, no intuito de obter as primeiras impressões sobre o percurso em relação a acessibilidade. Essa etapa do trabalho ocorreu nos meses de fevereiro a março de 2012. Além disso, foram realizadas entrevistas centradas na observação das dificuldades ou facilidades do percurso para os cadeirantes envolvidos no processo.

Definiu-se como delimitação espacial o centro de Novo Hamburgo e a localização dos principais atrativos turísticos. Levou-se em conta o espaço de origem – residência, o espaço de destino – os atrativos turísticos do centro; rota de trânsito – trajeto percorrido entre origem e destino. A rota de trânsito foi caracterizada pelos seguintes indicadores: condições e sinalização dos estacionamentos, condição das calçadas (passeios públicos), condição das rampas de acesso às vias públicas e passeios, faixas de segurança, continuidade do percurso e condição das travessias.

3. Diálogo Teórico

Acessibilidade e inclusão social

O Decreto-Lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade compreende a possibilidade de acesso a um lugar e/ou o uso de equipamentos de maneira independente (Brasil Acessível, 2004).

A inclusão é um processo de mudança do sistema social para acolher toda a diversidade humana, compreende uma transformação total, envolvendo a adaptação do espaço físico e a atitude humana (Sasaki, 2011). “É bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades a todos” (Sasaki, 1999, p.3). Sasaki (2011) considera a existência de seis barreiras excludentes: Arquitetônica (não permite a acessibilidade da pessoa com dificuldade de locomoção), comunicacional (a linguagem verbal ou visual utilizada não alcança todas as pessoas), atitudinal (atitude preconceituosa), metodológica (métodos de ensino, trabalho e lazer homogêneos), instrumental (instrumentos utilizados para trabalhar, brincar que não atendem as limitações), programática (leis, portarias, regulamentos e políticas que perpetuam a exclusão). Afirma que enquanto a sociedade não remover as barreiras nessas seis áreas, essa parcela da população vai continuar excluída.

Ross (1998) contribui com esse estudo ao defender que existem sete princípios para a inclusão: celebração das diferenças sem preconceitos; direito de decidir e tomar decisões; valorização da diversidade; direito de contribuir; promoção do aprendizado cooperativo; promoção da solidariedade humana; valorização da cidadania e da qualidade de vida.

Além disso, o Desenho Universal surge como medida corretiva e trata dos requisitos fundamentais para melhorar a qualidade de vida e ampliar o potencial de inclusão social propondo o espaço com uso democrático, para diferentes perfis de usuários (Ely e Dischinger, 2003). Asegura que todas as pessoas, sem exceção, de crianças a idosos, dos que possuem limitações físicas temporárias ou permanentes, tenham condições igualitárias na qualidade de uso do espaço público urbano no âmbito da cidade (Tilley, 2005). Para Simões e Bispo (2006), o Design Inclusivo é também uma prática democrática, de respeito pelos direitos humanos e de defesa de condições de igualdade de oportunidades.

Em contribuição têm-se os estudos desenvolvidos por Sasaki (1999), Ely e Dischinger (2003), Costeira (2008), Fritzem (1998), Fávero (2004), entre outros, que sustentam a ideia da participação de todas as pessoas na sociedade. Para tanto, os ambientes devem ser compatíveis com as necessidades específicas contemplando todos os seres humanos, tendo a acessibilidade

como facilitadora das oportunidades para todos com igualdade e, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano (Neri, 2003).

Turismo Inclusivo

O turismo é alimentado pelos atrativos turísticos, são eles os motivadores dos deslocamentos de turistas até um determinado destino – local onde acontece a interação. Portanto, se acha inserido num processo social que busca satisfazer os desejos e necessidades da população, na relação com o lazer no seu tempo livre, por meio da interação (Kadt, 1991).

O turismo inclusivo é a forma mais humanizada e democrática da atividade. Tem como característica, fundamental, oferecer espaços físicos acessíveis e recursos humanos capacitados para atender às necessidades de todos, considerando a diversidade da população com aceitação e valorização da pessoa humana (Ashton, 2009).

Desse modo, observa-se a urgência de pensar em novas formas de convívio social, entre elas destaca-se a inclusão social voltada à atividade turística. Para tanto, impõem-se várias questões como, por exemplo: qual o nível de acessibilidade urbana? Quais as necessidades dos cadeirantes? Eles podem livremente efetuar seus deslocamentos pelo centro da cidade? Como a população pode contribuir para a promoção de um ambiente coletivo de construto social?

A partir dessa ideia se tem que o destino turístico deve oferecer condições suficientes a todos os consumidores (turistas), ou seja, deve ser assegurada a livre locomoção dos visitantes nos espaços onde se localizam os atrativos disponíveis (EMBRATUR, 2001). Conforme a Constituição Federal vigente, o artigo 244 assegura: “a Lei disporá sobre a adaptação dos logradouros [...] a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (artigo, 227, §2º). Ressalta-se que os espaços de lazer acessíveis são um direito de todos e deve ser assegurado pelo poder público, por meio da implantação de projetos que deem conta de tornar acessíveis os locais públicos e a infraestrutura destinada à sociedade.

Para o desenvolvimento do turismo inclusivo, impõem-se uma série de mudanças políticas, sociais, de infraestrutura e de atitude, transformando a experiência turística ao oportunizá-la a uma maior fatia da sociedade (Molina, 2004). A criação de novos produtos e o surgimento de

serviços turísticos acessíveis tem como base atender a demanda da sociedade atual, portanto, deve adotar como princípio a satisfação da mesma por meio da oferta turística humanizada (Urry, 2000; Kadt, 1991). Os atrativos turísticos são organizados para o uso da população, assim, devem estar disponíveis e acessíveis a toda a população para que possam atender as necessidades e expectativas da sociedade que os utiliza, assumindo um compromisso com a inclusão das minorias (Canejo, 1998).

Nesse contexto, torna-se urgente que o turismo seja redimensionado e as atitudes sociais sejam repensadas, garantindo espaços adequados para todos, priorizando as questões sociais às econômicas (Silva e Boia, 2006). O turismo inclusivo deve ser compreendido como o turismo que apresente como proposta a inexistência de barreiras físicas ou de atitudes.

Cabe destacar que a partir da democratização do turismo passa a surgir novas demandas para os produtos e serviços turísticos. Emergem novos públicos formando novos nichos de mercado, tornando-se urgente a criação de propostas e programas governamentais adequados à população que atualmente quer consumir o turismo. Soma-se a isso a necessidade de se fazer cumprir a Lei ou elaborar legislação própria e políticas públicas compatíveis com a questão de um turismo inclusivo e que regulamente a formatação e a oferta dos produtos e serviços turísticos acessíveis a todos (Sasaki, 1999).

Espaço Público: a cidade para a convivência de todos

As cidades contêm dois ambientes distintos que exercem influência entre si. De um lado, o espaço privado que é a casa, a residência e, de outro o espaço público que é da sociedade que as constituiu e, por isso traz vários elementos dessa sociedade denominados de patrimônio cultural urbano. Esse foi se formando como fruto da vivência social passando a definir o estilo de vida de determinada população que se esboça a partir de hábitos e costumes próprios, formando um ambiente de todos e, portanto para o uso de todos.

Para Viana (2006), Montejano (1999), Lickorish e Jenkins (1997), a cidade é um bem público da sociedade, foi construída por ela que tem direitos iguais sobre os seus bens. Assim, a sociedade é formadora da cidade com todos os seus cidadãos e todos os seus elementos

constitutivos, portanto é direito de todos terem acesso aos espaços urbanos, devendo estes ser adaptados para os diferentes tempos, funções e usos da sociedade (Scalise, 2002).

Para autores como Castells (1999; 1983); Leite (2007); Martins (2008); Silva (2001); Giddens (1989); Correr (2003); Guattari (1985); Gottdiener (1997), a cidade é o lugar onde o homem vive, trabalha e se relaciona com o ambiente e com as pessoas. É o espaço da casa, da família e da identidade. É também o espaço da rua, da praça e do público. É o espaço de inúmeras manifestações de troca, de interação e de crescimento. Deve ser hospedeira e abrigo de todas as pessoas respeitando as suas diferenças (Barros, 2004).

A cidade acessível deve ser um objetivo municipal, que envolve toda a população. Segundo Ely e Dischinger (2003), a acessibilidade é fundamental para a inclusão e participação de todas as pessoas na sociedade, independente de suas limitações ou restrições. Costeira (2008) defende que o ambiente em que se vive deve, necessariamente, ser compatível com as preferências e necessidades pessoais.

A acessibilidade nas cidades pode ser vista como uma política pública de inclusão social, promovendo o respeito, na medida em que favorece o exercício da cidadania a todos (Paz, 2006). Deve ser tratada como um tema transversal a todos os órgãos governamentais e da sociedade civil. O governo federal disponibiliza aos municípios brasileiros um programa (Programa Brasil Acessível) de orientação para a implantação de propostas de acessibilidade, que tem como objetivo estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas (BRASIL ACESSÍVEL, 2004). Esse programa é composto de seis publicações temáticas e visa o desenvolvimento de ações voltadas à facilidade de mobilidade, preservando o direito do livre acesso e a inclusão social.

Atitudes de inclusão social por meio dos programas de governos pode ser uma importante ferramenta que favoreça o comportamento e as ações da sociedade em relação às pessoas com deficiência física, eliminando preconceitos, um dos grandes entraves para a formação de uma sociedade igualitária.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

O Brasil possui legislação em âmbito nacional, regional e municipal, porém ao se analisar a maioria das cidades brasileiras, algumas consagradas como principais destinos turísticos, percebe-se que as mesmas precisam passar por um processo de readaptação, principalmente, no que diz respeito a eliminação de barreiras existentes. São espaços de uso coletivo e edificações de uso público, transportes sem adequação a Lei da acessibilidade. Estas ações demandam de articulação entre diversos segmentos como a administração pública, a iniciativa privada e a própria comunidade. Cabe a cada segmento a responsabilidade de suas ações neste contexto.

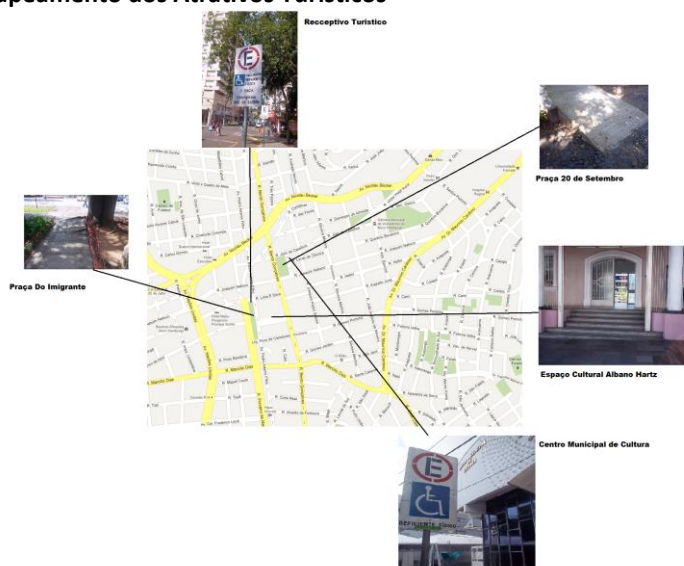
As cidades são espaços públicos, portanto de todos. Quando se fala em cidades acessíveis deve-se ter a clareza de que o espaço urbano é o local de produção e consumo, assim, de locomoção e deslocamentos acessíveis a todos, sem exceção.

4. Acessibilidade: Situação Atual do Centro de Novo Hamburgo

Mapeamento dos Atrativos Turísticos

Para que fosse possível identificar a situação atual dos atrativos do centro de Novo Hamburgo, foram realizadas visitas técnicas entre os meses de fevereiro e março de 2012 para observação, mapeamento dos atrativos (Figura 1), registro fotográfico, visita acompanhada e coleta de dados que foram compilados em relatório.

Figura 1
Mapeamento dos Atrativos Turísticos



Registro Fotográfico e Visita Acompanhada

Esse levantamento teve como foco os espaços públicos que podem ser utilizados por residentes e visitantes para o turismo e lazer, a fim de avaliar como se encontram em relação a acessibilidade. Foi realizado um percurso para levantamento, registro fotográfico e visita acompanhada a fim de avaliar a atual situação dos 5 atrativos turísticos mapeados e localizados no centro de Novo Hamburgo, são eles: Praça do Imigrante – localizada entre as ruas Pedra Adams Filho e Rua Primeiro de Março, esquina Rua Lima e Silva; Espaço Cultural Albano Hartz – situado no calçadão Oswaldo Cruz; Receptivo Turístico – Rua Lima e Silva; Praça 20 de Setembro – Rua Joaquim Nabuco esquina Rua Bento Gonçalves; Centro Municipal de Cultura – na Rua Inácio Christiano Plang.

Praça do Imigrante

Foram identificados problemas de barreiras e impedimentos para a livre mobilidade, mesmo para pessoas com autonomia. Entre elas pode-se listar as calçadas construídas com diversos tipos de piso: calçadas de concreto em má conservação e inapropriadas para a mobilidade de cadeirantes, paralelepípedo e petit-pavè com buracos, desníveis e raízes de plantas que danificaram as calçadas ocasionando ondulações (Figura 2). Vários degraus sem rampas impossibilitando o acesso de cadeirantes desacompanhados. As rampas desse local são de difícil acesso, sendo impossível utilizá-las por causa de sua acentuada inclinação e terminam com degraus e buracos. Tem também calçadas de pedras de rio (arredondada), criando relevos e piso irregular que dificultam a passagem de cadeirantes. Na visita acompanhada o cadeirante não teve condições de mobilidade com autonomia, foi necessário auxílio de terceiros e, mesmo assim em alguns locais a passagem foi impossível. Esse atrativo foi considerado não acessível (NA).

Figura 2
Detalhes do calçamento e rampa na Praça do Imigrante



Fonte: pesquisa própria

Espaço Cultural Albano Hartz

Localizado em frente ao calçadão Oswaldo Cruz que possui calçamento irregular com várias imperfeições e barreiras para a mobilidade. Devido a sua localização não é permitido chegar de carro até a porta de entrada do estabelecimento. A entrada dos fundos possui estacionamento e rampa de acesso, porém o entrono apresenta barreiras para a livre locomoção. Na visita acompanhada o cadeirante considerou esse atrativo acessível (A), apesar de algumas dificuldades no percurso.

Receptivo Turístico

Observou-se estacionamento demarcado e sinalizado, porém para um veículo apenas, rampa de acesso e, no seu interior elevador e banheiro adaptados e guia turístico em Braille, atendendo a demanda de deficientes visuais. Por se tratar de edificação recente já foi construída dentro das normas de acessibilidade. Em entrevista ao diretor de Turismo foi revelado que existem projetos em fase de planejamento contemplando a acessibilidade, entre eles a revitalização da Praça do Imigrante. Esse ambiente foi considerado acessível (A).

Praça 20 de Setembro

Essa praça abriga a Feira do Livro Municipal e está localizada em região de destaque em frente ao Centro Municipal de Cultura. As calçadas foram construídas utilizando diversos tipos de pavimentos: concreto, pedras de basalto e petit-pavè que por falta de manutenção estão inacessíveis, tornando esse tipo de calçamento inapropriado para cadeiras de rodas. Os buracos

foram tapados com cimento de maneira irregular deixando desníveis e novos buracos abriram (Figura 4). As faixas de segurança que dão acesso à Praça estão igualmente apresentando problemas inviabilizando o uso para cadeirantes, bem como todo o entorno da Praça 20 de Setembro. Foram observadas vagas de estacionamento para cadeirantes com sinalização, porém as vias de acesso e os passeios em volta do estacionamento não oferecem segurança ou facilidade de mobilidade para cadeirante. Em visita acompanhada a esse atrativo, foi possível identificar a impossibilidade de mobilidade, mesmo com auxílio de terceiros. Esse atrativo foi considerado não acessível (NA).

Figura 4
Praça 20 de Setembro: difícil acesso e mobilidade reduzida



Fonte: Pesquisa própria

Centro Municipal de Cultura

Localizado em frente a Praça 20 de Setembro o seu entorno registra os mesmos problemas identificados na Praça. A calçada em frente ao centro municipal de cultura está em bom estado, com piso regular e sem a presença de buracos. Na entrada principal tem rampa de acesso e elevador pra o segundo piso. No entorno foi identificado espaço para estacionamento prioritário a deficientes, mas as condições do asfalto dificultam a mobilidade. Esse atrativo foi considerado acessível (A).

5. Considerações

Por meio das imagens apresentadas e das visitas acompanhadas foi possível avaliar as dificuldades e constrangimentos que os cadeirantes encontram ao tentar transitar no centro de

Novo Hamburgo. A visão geral que se obteve dos atrativos avaliados, a partir dos registros fotográficos, das entrevistas e levantamentos realizados e das visitas acompanhadas, foi de espaços não acessíveis. Durante o percurso os cadeirantes ficaram expostos a constrangimentos devido ao excesso de barreiras encontradas, sendo obrigados a pedir auxílio de terceiros.

Os estudiosos utilizados para a sustentação teórica ressaltam que para a inclusão é importante que os ambientes sejam adaptados para o livre acesso de todos, além do preparo da comunidade. A cidade pertence a sociedade, mas inúmeras vezes não está em condições de uso por grande parcela da população por falta de adaptação às necessidades de todos. O cidadão tem assegurado pela Lei o seu direito de livre acesso, mas na prática não é isso que se observa. Os cadeirantes estão expostos a constrangimentos diários devido a falta de acessibilidade observada nas cidades.

Para a inclusão turística no centro de Novo Hamburgo, vários problemas terão que ser resolvidos, iniciando pela revitalização dos passeios públicos. As calçadas são inapropriadas, as faixas de segurança estão irregulares e com degraus sem rampa de acesso aos passeios, impedindo que seja realizado um percurso com autonomia e segurança. Existe a necessidade de auxílio de terceiros para acesso as calçadas, para transitar nas calçadas, para acesso as faixas de segurança, além do acesso aos atrativos, objeto desse estudo.

Se de um lado existe a preocupação em tornar a cidade acessível, por meio da colocação de rampas e placas de sinalização, de outro lado se percebe a falta de manutenção e o descaso que ao longo do tempo provocam barreiras e impedimentos, principalmente, para quem utiliza cadeira de rodas.

Destaca-se ainda a existência de pisos com desníveis, buracos e pisos com pedras soltas nos passeios públicos, causando a impossibilidade de locomoção para os cadeirantes. Assim, salienta-se a necessidade de melhorias no centro de Novo Hamburgo para o acesso e circulação de cadeirantes proporcionando a livre mobilidade urbana e inclusão da sociedade. Logo, não se pode considerá-la uma cidade acessível.

6. Conclusão

A partir da sustentação teórica desenvolvida com base nos autores utilizados para a realização deste trabalho, foi possível compreender a relação que pode existir entre o turismo e a acessibilidade nos espaços públicos, destinados ao turismo, no centro de Novo Hamburgo. A cidade possui características próprias e aposta no desenvolvimento do turismo como mais uma fonte de renda para a população. Porém, esse estudo revelou que ainda há muito a fazer nas questões que envolvem a acessibilidade. Para contemplar essa parcela da população – os cadeirantes –, torna-se imperativo que seja realizado um planejamento inserido em propostas públicas e privadas inovadoras, fazendo uso das novas tecnologias que possam contemplar toda a população nas atividades de turismo e lazer citadinos.

Novo Hamburgo, ainda, carece de maior atenção e investimento no quesito acessibilidade. Algumas medidas já estão sendo adotadas conforme relato da diretoria de turismo municipal quanto à acessibilidade. Estão previstas obras para a revitalização de alguns passeios públicos e vias de acesso, bem como sinalização e estacionamento para cadeirantes, mas a acessibilidade – a fim de facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência, ainda deixa muito para ser feito.

A busca por uma cidade acessível deve ser um objetivo municipal, que envolve toda a população. As cidades são espaços públicos, portanto de todos. Quando se fala em cidades acessíveis deve-se ter a clareza de que o espaço urbano é o local de produção e consumo, assim, de locomoção e deslocamentos acessíveis a todos, sem exceção.

Logo, por meio desse estudo buscou-se destacar a importância de ações inclusivas e propostas de espaços adaptados para a mobilidade urbana dos cadeirantes, atendendo a legislação vigente no que se refere a acessibilidade. Assim, torna-se impar repensar algumas ações para a mudança social, tornando a cidade mais humanizada, mais inclusiva e adaptada e assim, facilitando a locomoção e permitindo utilização dos espaços públicos para todos.

Referências Bibliográficas:

ASHTON, Mary Sandra Guerra, (2009); *Sustentabilidade e turismo: reflexões para o desenvolvimento*.P.67-84, in *Sustentabilidade uma Abordagem Social*. (orgs: Araújo, Russo, Zottis). Novo Hamburgo, Feevale.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

BARROS, Rinaldo. (2004); *Uma Nova Ética na Gestão Urbana*. p.259-273. In: Mendonça, F. “Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas”. Curitiba, PR: UFPR.

BRASIL ACESSÍVEL, (2004); Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.

CANEJO, E. (1998); “Cegueira Adquirida: reintegração social.” In: Anais, III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu. p.309-313.

CASTELLS, M. (1999); “A Sociedade em Rede”. São Paulo, SP: Paz e Terra.

_____. (1983). “A questão urbana”. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

CORRER, R. (2003); “Deficiência e inclusão social – construindo uma nova comunidade”. Bauru, Edusc.

COSTEIRA, Nathalia Santos. Elimine as armadilhas. A Tribuna. v. 4 – ed. 171 Sessão – Sua Casa – 9 mar. 2008. Disponível em: 2008<<http://www.espaco.com/design/elimine-as-armadilhas/comment-page-1/>> Acesso em: 20 out 2009.

DISCHINGER, M. Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Göteborg: Chalmers University of Technology, 2000.

ELY, V. H. Bins; DISCHINGER, Marta , 2003; [online] *Desenho universal: projetando para a diversidade de usuários*. [Sl.]: IAB-RS. Disponível em: <<http://www.iabrs.org.br/artigo/?art=37>> (acesso em: 24 abr. 2008).

EMBRATUR (2001). Manual de Recepção e acessibilidade de pessoas portadoras com de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos. Brasília, Mtur,

FÁVERO, E.A.G. (2004); “Direitos das pessoas com deficiência – garantia de igualdade na diversidade”. Rio de Janeiro, WVA.

FRITZEM, S. (1998); “Ética em Dialética: elo da educação especial.” In: anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, 1998. P.299-302.

GIDDENS, A. (1989); “A Constituição da Sociedade”. São Paulo, SP: Martins Fontes.

GOTTDIENER, M. (1997); “A produção social do espaço urbano”. São Paulo, SP: EDUSP.

GUATTARI, F. (1985). “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”. Espaço e Debates.

GUTIÉRREZ BRITO, Jesús. (2007); “La Investigación Social del Turismo.” Madrid: Thomson.

KADT, Emanuel. (1991); “Turismo: passaporte al desarrollo.” Madrid: Endymion.

KLIASS, Rosa G. (1993); “Os Parques Urbanos de São Paulo.” São Paulo: Pini.

LEITE, R. P. (2007); “Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência contemporânea.” Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

LICKORISH, L.; JENKINS, C. L. (1997); “Una introducción al Turismo.” Madrid: Síntesis.

MARTINS, J.S. (2008); A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, SP: Contexto.

MOLINA, S. (2004); “O Pós Turismo”. 2ª edição, São Paulo, SP, Aleph.

MONTEJANO, Jordi M. (1999); “Estructura del Mercado Turístico: gestión turística.” Madrid: Síntesis.

NERI, Marcelo, ET AL. (2003); Retratos da deficiência no Brasil. [online] *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. Disponível em: http://www.fgv.br/cps/artigos/Outros//PPD_Retrato%20da%20Deficiência_Jul2003_RCE.pdf (acesso em: 27 fev. 2008).

PAZ, Ronilson José da (2006). As pessoas portadoras de deficiência no Brasil: Inclusão Social. Ed. Universitária/UFPB. João Pessoa.

SCALISE, Walnyce. (2002) “Parques Urbanos – evolução, funções e usos.” Revista da Faculdade de Engenharia, arquitetura e tecnologia – Universidade de Marília - UNIMAR. Vol 4, nº 1, outubro, 2002.

SILVA, A. (2001); “Imagínarios Urbanos”. São Paulo: Perspectiva.

SILVA, Y. F. e BOIA, Y. I. (2006); “Turismo e Responsabilidade Social: uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais.” In: RUSCHMANN, D. e SOLHA, K. T. Planejamento Turístico. Barueri, SP: Manole.

SIMÕES, Jorge Falcato; BISPO, Renato (2006); Design inclusivo acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes. 2ªed. Centro Português de Design, Disponível em:

<http://acessibilidade.cmlisboa.pt/index.php?eID=tx_nawsecuredl&u=0&file=fileadmin/DASNA/Biblioteca/Design_Inclusivo/manual_formacao_design_inclusivo_CML_CPD.pdf&t=1255981609&hash=10db870523f97b27a812dafefbe2c5db> Acesso em: 20 abr. 2010.

ROSS, P. R. (1998). Necessidades educacionais em projetos de educação inclusiva. In: Anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu. p.243-247.

SASSAKI, R. K. (1999); “Inclusão: construindo uma sociedade para todos”. 3ª edição, Rio de Janeiro, WVA.

_____. (2011); Matéria de entrevista: disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6891> acesso em: 04/06/11

SCALISE, Walnyce. (2002) “Parques Urbanos – evolução, funções e usos.” Revista da Faculdade de Engenharia, arquitetura e tecnologia – Universidade de Marília - UNIMAR. Vol 4, nº 1, outubro, 2002.

TILLEY, Alvin R. Henry Dreyfuss Associates (2005); “As medidas do homem e da mulher”. Porto Alegre, Bookman.

URRY, J. (2000); “O Olhar do Turista”. São Paulo, Nobel-SESC.

VIANA, M. C. G. (2006); “Turismo y ciudad: nuevas tendencias.” Buenos Aires: Turísticas.